

João Vilela Moreira

Da Fragmentação aos Anos de Brasa: o Movimento Associativo da UP na Agonia do Estado Novo

R E S U M O | No presente artigo procurámos integrar o movimento associativo da Universidade do Porto nas rebeliões estudantis dos anos 60 e 70, e identificar as suas principais tendências associativas, sua filiação ideológica e partidária, e principais acções de contestação.
PALAVRAS-CHAVE: Anos 60; Universidade do Porto; Resistência ao Estado Novo; Extrema-Esquerda;

A B S T R A C T | This article aims at including the students' movement of Oporto's University within the student rebellions of the 60s and 70s, and to identify its main associative tendencies, their ideological and partisan affiliation, and its most important acts of contestation.

1. As Raízes do Sessantismo

Eric Hobsbawm, no seu clássico *Age of Extremes*, citando Richard Barnet, descreve a Guerra Fria como uma forma de criar emprego para dezenas de milhares de burocratas que planeavam armamento e conflitos militares, para milhões de trabalhadores envolvidos na indústria bélica, para cientistas e engenheiros encarregues de garantir a segurança das populações, empreiteiros com negócios rentáveis na área da construção de abrigos nucleares, intelectuais com pretexto para vender ameaças e abençoar guerras¹. Com efeito, tal foi no fundamental a situação nos 44 anos em que durou este conflito. Não se nega que houvesse divergências políticas intransponíveis entre os dois blocos, uma tensão bélica latente, mas dificilmente poderíamos falar uma disposição efectiva para o enfrentamento militar aberto. O mesmo Hobsbawm refere que, a despeito da retórica de então, as duas superpotências trabalhavam sob o pressuposto de que uma coexistência pacífica de longo prazo seria possível: e mesmo quando se enteviu a virtualidade da eclosão de uma guerra de larga escala entre os dois lados, ao tempo da crise dos mísseis cubanos de 1962, «a principal preocupação dos dois lados foi prevenir que gestos parecidos com actos de guerra fossem mal interpretados como uma efectiva movimentação de guerra»². Havia a percepção estratégica, dos dois lados, que o poderio bélico de que dispunham combinado com o do seu adversário directo teriam um efeito apocalíptico no planeta Terra, dele não sobrevivendo nenhum vencedor, e, provavelmente, decorrendo a pura e simples erradicação da vida na Terra³.

Daqui emergirão consequências de primeira grandeza. Num primeiro aspecto, que terá alguma importância para os desenvolvimentos de que abaixo daremos nota, a China comunista poderá, em certa medida, cooptar os elementos mais aguerridos do movimento revolucionário

¹ Eric Hobsbawm, *Age of Extremes* (9ª Edição, Londres: Michael Joseph, 1995), p. 221.

² Idem, *ibidem*, p. 228.

³ José Pacheco Pereira, “*O Um Dividiu-se em Dois*” (Lisboa: Alêtheia Editores, 2008), p. 11.

internacional, que a URSS repelia com acusações de belicismo e dogmatismo. Por outro, na década crucial dos anos 60, havia à escala planetária a percepção de que os dois blocos políticos iriam acomodar-se à repartição de poder existente à época, com cedências mínimas de parte a parte – e de resto com escasso desejo de qualquer dos contendores em forçar o alargamento significativo da sua esfera de influência –, cristalizando indefinidamente o *tipo de mundo* que ao tempo vigorava. E com apoio popular generalizado: pois como escreveu Herbert Marcuse, «a luta contra uma alternativa histórica [ao *status quo* de então] encontra uma base de massas na própria população, e encontra a sua ideologia na orientação rígida do comportamento e do pensamento para o universo dos factos visíveis. Validado pelos feitos da ciência e da tecnologia, justificado pelo aumento da produtividade, o *status quo* desafia qualquer transcendência»⁴.

Todavia, nem todos os grupos sociais de então se mostravam de acordo com o tipo de mundo que Guerra Fria engendrara e parecia querer cristalizar. Um deles virá, de resto, a mostrar-se particularmente aguerrido no combate ao tipo de mundo vigente: será a juventude dos anos 60.

Grupo social fabricado pela época contemporânea, por um esforço escolarizador tendencialmente coextensivo com a infância e a adolescência, a juventude desenvolveu, através de uma convivência forçosamente *inter pares* e onde os outros grupos etários tinham apenas uma função disciplinar, a consciência, a estruturação e a coesão interna de um grupo social autónomo dos restantes⁵. Deste processo social decorreram inúmeras consequências, dentre as quais salientamos, pela sua pertinência para o nosso trabalho, uma dissociação, incluso física, do mundo adulto e do mundo juvenil. O jovem dista do mundo adulto, é preparado para o mundo adulto *à margem* do mundo adulto, e rigorosamente, nunca sabe exactamente se já entrou no mundo adulto, se já é tido como um par. Como salientou James Coleman, as sociedades urbanas e tecnológicas não previram quaisquer *rites de passage* que vincassem o fim da menoridade socialmente compreendida e o acesso à adultícia. Mesmo a *concessão jurídica*, por motivos etários, de determinados direitos e prerrogativas (direito ao voto, à aquisição de armas de fogo, ao consumo de substâncias entorpecentes, à obtenção da carta de condução...) não equivalia, de todo, ao *reconhecimento social* de que o indivíduo estava apto a constituir família, a trabalhar em *full-time*, a ser considerado um par pelos adultos⁶. Daqui decorreu uma rebelião da juventude contra a estrutura social, que a engendrara mas não soubera integrá-la, não soubera prescrever-lhe um papel social, que fizera da sua condição um limbo inconsistente, um estádio indefinido e exasperante da vida humana. E essa revolta teve condições objectivas particularmente propiciatórias na década de 60 do séc. XX, quando, em consequência da explosão demográfica do pós-guerra, a juventude se tornou uma importantíssima força de pressão social.

A luta juvenil contra o tipo de mundo que os encerrava num estatuto social de menoridade fáctica teve, no pós-guerra, três fases consecutivas. Não nos deteremos nas duas primeiras, a saber, a postura disruptiva e indisciplinada (de que os filmes de James Dean nos dão uma imagem típica), nem a recusa material da sociedade dos adultos através da assunção de práticas sociais excêntricas (vestuário exótico, interesse por novos estilos musicais, consumo de estupefacientes...), ou da criação de comunidades à margem da sociedade vigente, como as

⁴ Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man* (7ª Edição, Londres: Routledge Classics, 2007) p. 19,

⁵ Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação* (Coimbra, Editora Angelus Novus, 2003), p. 24.

⁶ James Coleman, *Youth: Transition to Adulthood* (Chicago: The University of Chicago Press, 1974), p. 98.

comunas de *hippies*⁷. Trabalharemos com aquela que foi a terceira fase deste movimento⁸, a da luta política de massas contra o *status quo*, a demanda de uma *revolução* que desestruturasse a sociedade e assegurasse ao jovem um lugar que este, até então, efectivamente não tinha. Essa revolução não era, no Ocidente, a aplicação do modelo soviético, que como vimos em Marcuse era considerado tão esclerosado e acomodado ao *status quo* como a democracia parlamentar burguesa. Ao tempo, três grandes respostas foram avançadas como virtual modo de transcender a sociedade vigente e instaurar uma nova era: primeiro, segundo Patrick Rotman, houve um regresso ao trotskismo, como elo perdido de uma «revolução traída» pelos crimes de Estaline e dos seus sucessores; segundo, de acordo com o que já acima dissemos, uma simpatia com o ideário maoísta, por se considerar que ao contrário da URSS a China não compactuava com o capitalismo e estava disposta a ir às últimas consequências, ainda que as da guerra atómica, para fazer vencer o ideário socialista⁹; mas sobretudo, e em terceiro lugar, havia uma vaga intenção de instaurar o socialismo por ser essa a ideologia «último grito» – muito por conta dos acontecimentos do Vietname –, mas sem uma clara adesão aos princípios doutrinários de qualquer das suas escolas estabelecidas¹⁰.

2. Portugal entre 1968 e 1974

A segunda metade da década de 60 e a primeira metade da década de 70 são, em Portugal, um tempo de mudanças profundas, de um súbito aceleração da deliquescência do Estado Novo e de reconfiguração da oposição ao regime, sobretudo a oposição latamente enquadrável na extrema-esquerda. No primeiro plano, em 1968 temos o conhecido acidente de Salazar com uma cadeira de lona, a declaração da sua incapacidade para o exercício governativo, e a ascensão ao poder de Marcello Caetano, ideologicamente sintonizado com o regime mas disposto a distender – que não a eliminar – o seu aparelho repressivo e os aspectos mais vincadamente autoritários da *praxis* política estadonovista. O «reformismo» de Caetano¹¹, na acertada classificação de Fernando Rosas, por vezes disfarçado de democratização ou lançando mão de expedientes aparentemente democratizantes com vista a ganhar tempo e semear ilusões entre a oposição ao regime, *vide* as «eleições» falseadas de 1969, pode ser uma mera redefinição dos termos em que o Estado Novo se expressava, mantendo intocado o essencial dos «valores de Maio»: mas não se pode negar que consubstanciou uma relativa descompressão do ambiente político, permitindo algum alargamento da margem de manobra da oposição, contudo compaginável com actos de repressão por vezes mais dura que a verificada em períodos anteriores. Alvos deste endurecimento foram, nomeadamente, os estudantes universitários.

⁷ Sobre esta matéria cf. Rui Bebiano, *O Poder...*, pp. 26-39.

⁸ Ressalve-se que, se esta é a linha cronológica de surgimento das expressões da contracultura juvenil sessentista, o nascimento de uma nova forma não implica a desapareição das anteriores.

⁹ Não resistimos a transcrever a este propósito uma elucidativa passagem do afamado «Livro Vermelho» de Mao: «a nossa atitude [em relação à guerra] (...) é a mesma que com relação a qualquer desordem: primeiro, estamos contra, segundo, não a tememos. A I Guerra Mundial foi seguida do nascimento da União Soviética (...) a II Guerra Mundial foi seguida pela formação de um campo socialista que atinge um total de novecentos milhões de indivíduos. Se os imperialistas insistem em desencadear uma III Guerra Mundial (...) [é] até possível que a estrutura imperialista se desmorone». In Mao Tsé-tung, *Citações do Presidente Mao Tsetung* (Lisboa: Editora Minerva, 1974), pp. 52-53.

¹⁰ Patrick Rotman, *Maio de 68* (Lisboa: Guimarães Editores, 2009), pp. 33-40.

¹¹ Fernando Rosas, in *História de Portugal*. VII Volume, *O Estado Novo* dir. José Mattoso, (Lisboa: Estampa Editora, vol. 7, 1994), p. 485.

No campo oposicionista, sobretudo na oposição de extrema-esquerda, o período que medeia entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70 é o tempo da chamada *desagregação*: a cisão sino-soviética, de que acima falámos, fez-se sentir em todo o movimento revolucionário à escala mundial, e evidentemente, o PCP, sua ramificação portuguesa, não foi excepção. O PCP de inícios dos anos 60, saído da evasão de Álvaro Cunhal do forte de Peniche em 1960, viu-se numa situação espinhosa: forçado a corrigir o «desvio de direita» da era Júlio Fogaça, e a redesenhar a sua estratégia revolucionária por forma a adaptá-la à impossibilidade, atestada em 1958, de dismantelar o regime fascista pela via eleitoral, o PCP teria de envidar uma «esquerdização» do seu discurso e da sua prática política. Todavia, a polémica soviética com a China e a defesa da coexistência pacífica pelo PCUS invalidavam quaisquer pretensões de dinamizar essa defesa da acção violenta. José Pacheco Pereira classifica, com razão, o esforço teórico de que Cunhal será obreiro nesta época como «textos de equilíbrio, quase de equilibrismo»¹² entre a necessidade de radicalizar no plano interno e apelar à postura pacifista no âmbito internacional. Evidentemente, esta será uma postura política que não encontrará acolhimento em todas as sensibilidades do PCP, e que encontrará o seu principal detractor em Francisco Martins Rodrigues, membro do comité central do PCP que na sua crítica ao desvio de Direita protagonizado por Fogaça, se viu enovelado nas contendas do movimento revolucionário de então, *maxime* as que opunham a URSS à China. E começou, nas suas palavras, a constatar que «a crítica dos chineses acertava em tudo» defendendo-a como linha do PCP daí por diante¹³. Virá a ser expulso, e a construir o CMLP, Comité Marxista-Leninista de Portugal, e, depois dele, não mais cessarão os actos cisionistas no movimento revolucionário português, que envida uma *desagregação* que durará vários anos. Em 1970 os maoístas legatários do CMLP reagrupam-se no PCP (M-L); no mesmo ano, surge o MRPP; em 1972, a OCMLP; e de par com estes uma miríade de grupos maoístas, trotskistas, anarquistas, etc. – que terão uma das suas principais ecologias no movimento estudantil.

O estudantado português, pelo menos desde 1956, vinha desenvolvendo um distanciamento político progressivamente maior em relação ao regime autoritário, de resto cedo notado pelas autoridades ditatoriais. É Salazar quem, em 1957, escreverá uma carta a Craiveiro Lopes afirmando que a polícia mostrava crescente preocupação com a esquerdização estudantil, e dizendo ser necessária uma contra-ofensiva ideológica¹⁴. A década de 60 dará, com as crises de 1961, 1962, 1965, e 1969, plena razão às previsões do Chefe de Governo, sendo a última rebelião supracitada, por ser legatária directa dos acontecimentos de Maio de '68 em França, por ter ocorrido em plena distensão inicial do marcelismo, e por ter sido influenciada politicamente pela desagregação e esquerdização, no sentido leninista do termo, do movimento revolucionário, que como acima verificámos encontrará no mundo – e também em Portugal –, a mais dura e massiva de todas. Tentaremos agora entender de que modo este conjunto de factores – a conjuntura internacional, a situação política portuguesa, a circunstância concreta do estudantado –, se fez sentir no contexto específico da Universidade do Porto do sexénio entre 1968 e 1974.

¹² José Pacheco Pereira, *O Um...*, p. 128.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 139.

¹⁴ Gabriela Lourenço *et al.*, *Grandes Planos: Oposição Estudantil à Ditadura 1956-74* (Lisboa: Âncora Editora, 2002), p. 16.

3. A Desagregação do Movimento Associativo Portuense

A Universidade do Porto dos finais dos anos 60/princípios dos anos 70 é marcada, ao nível do movimento associativo, pela desagregação dos estudantes politizados em várias tendências associativas ideologicamente conflitantes. Até ao ano lectivo 1969/70 o movimento era como que monopolizado pelo PCP¹⁵, mas o efeito conjunto e cumulativo dos acontecimentos internacionais de 1968 com a crise de Coimbra em 1969 terão sido, em nosso entender, detonadores de uma esquerdização da postura política do movimento associativo portuense. Este efeito não é estranho no movimento revolucionário: como recorda Claude Prévost, que escreveu nesta época sobre o movimento de Maio de '68, já Lenine notava que a súbita politização de uma massa humana tinha como consequência uma inversão brusca da sua postura em relação ao poder – de uma amorfia absoluta, fruto da sobrestimação da capacidade repressiva da elite instalada, o grupo passava a uma postura temerária, terrorista, impaciente, que subestimava o real poder do Estado¹⁶ e reduzia todas as questões da luta política ao uso da, quanto a eles onnipotente, da violência revolucionária. A essa postura Lenine chamava *esquerdismo*, e considerava que os movimentos comunistas não podiam nascer e desenvolver-se sem passarem por essa «doença infantil»¹⁷. Os representantes do pensamento esquerdista dentro do movimento associativo da Universidade do Porto irão brotar, a partir de 1969/70, de dentro dos grupos afectos ao PCP, e criar os *Comités de Base*, primeira designação daquilo a que mais tarde se consagrará com o nome de *Núcleos Sindicais*¹⁸. Estes Núcleos são famosos por uma postura que o Por Um Ensino ao Serviço do Povo, de que abaixo falaremos, classificava como *liquidacionista e aventureirista*¹⁹: por um lado, criam que o simples facto de existir um corpo de associações ou pró-associações de estudantes servia tão-só para encarrilar as lutas estudantis para objectivos *reformistas*, isto é, que não perigassem o fundamental do funcionamento do regime, compactuassem com o seu ordenamento e a sua essência ideológica, e, bem assim, conferissem à luta estudantil um carácter corporativista, dissociando-a da luta geral da classe trabalhadora²⁰. Em concomitância, os *Núcleos Sindicais* tinham uma postura «aventureirista» na medida em que não equacionavam as condições objectivas e subjectivas de acção insurreccional, ignoravam a necessidade de adaptar a estratégia do movimento ao grau de desenvolvimento da consciência política das massas estudantis, e de agir de modo que, mesmo havendo consciência política profunda em amplas massas do estudantado, a sua acção reivindicativa não viesse a torná-los uma presa do poder, inutilizando-os para a continuação do trabalho. Um exemplo paradigmático desta linha de trabalho associativo/revolucionário releva da análise de um *meeting* promovido pelos *Núcleos Sindicais* na Faculdade de Ciências, em solidariedade com um grupo de alunos

¹⁵ Não dispomos de fontes que atestem taxativamente esta asserção, mas damos por adquirida a opinião dubitativamente adiantada por Alexandre Alves Costa, mesmo por ser implausível que outro grupo político tivesse peso relevante dentro da Universidade do Porto de então. Para a opinião de Alves Costa cf. João Carlos Vilela da Cruz Moreira, *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)* (diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2010), p. 108.

¹⁶ Claude Prévost, *Os Estudantes e o Esquerdismo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1975, p. 106.

¹⁷ Lenine, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>)

¹⁸ Biblioteca Pública Municipal do Porto – Reservados (BPMP-R, 1973), *Que Fazer? Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, p. 3.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 3

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 3.

suspensos e expulsos do Liceu António Nobre por motivos aparentemente políticos. Durante essa reunião são muitos os erros táticos e estratégicos denunciados no panfleto que vimos seguindo, mas o mais significativo de todos é o que passa pela tentativa de organização de uma manifestação pública. Semelhante acção de rua, no dizer da terceira tendência associativa, significaria uma dupla vitória do regime: em primeiro lugar, constituiria uma oportunidade soberana para o encarceramento dos estudantes mais abnegados e dispostos a ir às últimas consequências na sua colaboração com o esforço popular de desmantelamento da ditadura; e em segundo lugar, teria um efeito repulsivo junto dos estudantes menos politizados, que não só temeriam participar na acção proposta, como de um modo geral se afastariam do movimento associativo por receio de o seu envolvimento englobar necessariamente acções que custassem sanções escolares, prisões, e até mesmo uma passagem pela frente de batalha na Guerra Colonial. Pelo que por todas as perspectivas possíveis, esta movimentação estava viciada de inconformidade com as condições subjectivas de acção insurreccional, e a sua única consequência seria a depreciação da luta estudantil. O finalismo dos *Núcleos Sindicais*, a sua impaciência e intempestividade na acção política custar-lhes-ia tanto mais do que o esforço laborioso de organização sindical do estudantado. Mesmo porque, bem vistas as suas propostas de acção, exaradas na reunião que vimos tratando, em última instância defendiam, por métodos radicais, medidas perfeitamente reformistas: os *Núcleos* defendiam que fosse exigida a demissão do Reitor liceal que suspendia/expulsava os seus colegas. Isto denotava um vício de trabalho organizativo, o *praticismo*, isto é, a incapacidade de entender o fundamento ideológico de determinado acontecimento injusto, de o perspectivar, atendo-se a acção a um combate casuísta: no caso, não se perspectivava que o problema não era aquele Reitor, mas a discricionariedade das autoridades escolares no regime vigente. Combater algo que não fosse isto, ainda que recorrendo às mais impiedosas formas de violência, seria sempre combater um inimigo diverso daquele que era efectivamente o inimigo do movimento associativo e, por inerência, tinha como única consequência a dissipação de forças, a dispersão da luta, a desorganização, e a perpetuação do *status quo*²¹.

O grau de profundidade que a crítica dos estudantes agremiados na tendência *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, de que falaremos agora, moveram aos *Núcleos Sindicais*, é visivelmente o fruto de um esforço de preparação teórica de grande fôlego, e de uma vasta experiência da prática político-organizativa no mundo do associativismo académico clandestino ou semi-clandestino. De que forma essa experiência foi obtida não é claro. Voltando ao documento de que acima nos servimos para ilustrar o surgimento dos *Núcleos Sindicais*, nele vemos que até 1971/72 o «movimento anti-reformista»²² tinha acima de tudo tido características liquidacionistas e esquerdistas. Com este ano lectivo opera-se uma cisão na ala mais à esquerda do movimento associativo, e se pervive uma facção «infantil», apostada na luta violenta, desligada da objectiva consciência política da massa estudantil, defendendo a onnipotência da violência revolucionária, nasce ao seu lado um movimento que concebe as associações de estudantes e as diversas formas de associativismo estudantil legal ou semi-legal como um organismo *sindical*, que pudesse constituir-se em instrumento de luta do estudantado contra aqueles que considerava serem os óbices à sanidade da sua actividade

²¹ Toda a análise da acção tática e estratégica dos *Núcleos Sindicais* por altura da reunião em Ciências é retirada do panfleto BPMP-R, “*O Meeting de Quinta-Feira e Suas Lições*”, [1973]

²² A postura do PCP era considerada *reformista*, isto é, complacente com o regime vigente, pelas duas restantes tendências associativas.

de estudo: designadamente, o conteúdo reaccionário dos programas do ensino superior, o autoritarismo e o elitismo da Universidade²³. Não que esta tendência, bem entendido, discordasse da luta da restante classe trabalhadora, ou quisesse circunscrever a luta estudantil à acção no interior da Academia. Bem pelo contrário, e como indica o próprio nome da tendência associativa, a sua função era dinamizar a luta estudantil no interior da sociedade para dismantelar o carácter de classe do sistema educativo, mormente do sistema universitário, e com isso abrir caminho à possibilidade de os filhos das classes trabalhadoras acederem aos estudos superiores. Obter isso era indissociável da conquista de direitos práticos dentro da academia, como fossem o direito à reunião, à distribuição de propaganda, à associação, etc., modo único de granjear apoiantes para o movimento associativo e tornar a luta estudantil numa luta de massas, modo único de a tornar efectiva e influente.

A primeira impressão que se produz no leitor quando contacta com a documentação produzida pelo *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* é a do trabalho de preparação teórica, de reflexão sobre a prática do movimento associativo e do papel quer do estudantado quer da Universidade no seio da sociedade portuguesa do seu tempo. Seria interessante, avançarmos desde já, saber de que modo foi feito esse doutrinamento e se desenvolveram esses instrumentos de reflexão, não sendo certamente alheio a isto o facto de o *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* ser a tendência associativa que na Universidade do Porto representava o PCP (M-L)²⁴ movimento que, como vimos, era directo legatário do PCP e, inerentemente, dele trouxera o património de várias décadas de prática da luta clandestina contra o regime nas mais variadas frentes, e de interpretação marxista das situação social portuguesa. Ainda assim, é de salientar estas duas características, por serem as que mais vincadamente destacam esta tendência associativa dentre as suas circunstâncias.

Recapitulando: esta é uma época de desagregação do movimento estudantil portuense em várias tendências associativas ideologicamente diferentes, com a emergência de tendências associativas que se cindem do PCP. É muito provável que essas tendências associativas tivessem tido como despoletador principal da sua dinâmica esquerdizante e do seu surgimento os acontecimentos da crise académica de 1969 em Coimbra. E das três tendências associativas, verificamos que uma se liga ao PCP (e que com a desagregação terá por diante o nome, de resto simbólico do seu destino, de *Pela Unidade*), e outra ao PCP (M-L).

A filiação partidária dos *Núcleos Sindicais* é ainda uma incógnita. Alexandre Alves Costa, na entrevista ínsita na dissertação de mestrado citada na nota 15, religa esse partido à FEC M-L. Todavia, segundo Miguel Cardina, a FEC M-L foi fundada apenas em 1975²⁵, portanto vários anos depois do surgimento dos Comitês de Base e dos Núcleos, nos finais de 60/inícios de 70. Alguma das organizações antecessoras desta Frente terá sido certamente o ponto de partida dos *Núcleos Sindicais*, a sua matriz e o seu ancoradouro nos movimentos políticos, ou, se os estudantes que tomavam parte nos Núcleos não tinham ligações a nenhum grupo em concreto, é perfeitamente crível que acabassem associados à FEC M-L. Veja-se que este grupo, em 1974, vai tentar criar um movimento guerrilheiro em Portugal, buscando obter levantamentos de rancho da soldadesca, com a qual seriam organizadas forças armadas

²³ BPMP-R, *Que Fazer?...*, 1973, p. 3

²⁴ Quem no-lo diz é José Pacheco Pereira, no seguinte *site*: (<http://estudossobrecomunismo.weblog.com.pt/arquivo/086284.php>).

²⁵ Miguel Cardina, *A Esquerda Radical* (Coimbra: Angelus Novus, 2010), p. 64.

revolucionárias.²⁶Também aqui vemos, à escala nacional, o mesmo padrão esquerdista que vimos ser praticado pelos *Núcleos Sindicais* no âmbito restrito da Universidade do Porto.

4. A Reacção da Universidade

Podemos marcar com clareza duas fases distintas na resistência estudantil do período final do Estado Novo: uma, que medeia entre 1969/70 e 1972, e outra que vai de 1972 até 1974. A primeira é marcada pela esquerdização supracitada, pela emergência de movimentos contestatários cuja postura abandonava o misto de tacto estratégico e observância rigorista da coexistência pacífica do PCP, e introduziam no movimento associativo portuense uma postura radicalizante e inconforme com aquilo a que as autoridades académicas estavam habituadas. A segunda fase decorre da consolidação definitiva da posição da Universidade em face do movimento associativo, postura que como veremos será particularmente repressiva, e há-de acicatar progressivamente os ânimos estudantis até à feitura de acções insurreccionais de massa.

A primeira fase, a que talvez pudéssemos chamar «fase de indefinição», tem o seu início plasmado nos documentos oficiais da Universidade do Porto: numa reunião do Senado Universitário decorrida em 26 de Fevereiro de 1970 vemos discutida a «reforma universitária» – tudo indica que se tratava da reforma Veiga Simão –, e aventada por José de Almeida Garrett, director da Faculdade de Ciências, a hipótese de se remeter a decisão sobre essa matéria para o Ministério da tutela, dado o seu temor de que uma discussão desse tipo causasse, no Porto, a anarquia de Lisboa e de Coimbra²⁷. O temor é talvez compreensível se considerarmos que nesse mesmo ano tinha havido recusa por parte dos estudantes de Medicina em elegerem representantes para a comissão que discutiria a matéria²⁸, muito provavelmente por essa eleição pressupor uma homologação, formal ou fáctica, do poder político, o que tornava o exercício numa simulação de democracia que os estudantes não pretendiam caucionar. Isto ilustra a já antes verificada presença de elementos politizados dentro da Universidade, a sua compreensão dos mecanismos de funcionamento do Estado Novo, e talvez seja o motivo fundamental para este temor do Senado Universitário relativamente à eventual sublevação «anárquica» dos estudantes portuenses. E este temor é ainda mais visível na reunião de 9 de Julho de 1970, quando o mesmo José de Almeida Garrett é censurado pelos circunstantes pela publicação um livro onde se lêem «asserções reaccionárias»²⁹ sobre a participação estudantil na gestão universitária. Verifica-se que a Universidade deste então tenta, por todas as formas, evitar uma confrontação com os seus estudantes, tanto mais previsível quando, como dissemos, começam nesta altura a emergir os Comitês de Base com a sua retórica e as suas propostas de carácter radicalizante. Por outro lado, as autoridades universitárias deste período, cumpre recordá-lo, passam também pelo tempo da distensão e reforma do sistema salazarista, envidada por Marcello Caetano. E esse esforço era particularmente visível na área da Educação, por acção da reforma de Veiga Simão, cujas ambições eram, ao menos retoricamente, de democratização da gestão universitária e permissão da participação estudantil na administração dessas instituições. Os docentes que tomavam parte no Senado da Universidade do Porto, muito possivelmente, vêem-se nesta época confrontados com a

²⁶ Miguel Cardina, *A Esquerda...* (Coimbra: Angelus Novus, 2010), p. 51.

²⁷ Arquivos Centrais da Universidade do Porto (ACUP), *Actas de Sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III fl. 145.

²⁸ Idem, *ibidem*, fl. 145v.

²⁹ ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 2.

eventualidade de uma legalização das tendências associativas estudantis, quem sabe até se dos partidos políticos de que elas eram até certo ponto terminais dentro da Universidade. E a sua atitude mostra uma certa indecisão sobre que postura manter perante a ameaça estudantil, se a repressão pura e simples, se a concessão do direito à participação.

Este jogo difícil e às escuras vai ser solucionado pelo próprio devir dos acontecimentos: o marcelismo cedo clarificou, pela sua prática, que a postura repressiva não tinha sido alienada do património político do regime vigente. Já em situações como o afogamento da crise académica de Coimbra em 1969 isso pudera ser comprovado, mas a comprovação será tanto maior quando, ao verificar que a «liberdade possível» que concedera se tinha tornado uma alavanca do ascenso de elementos progressistas aos cargos dirigentes dos sindicatos nacionais, de greves em vários ramos da indústria, da publicação de um sem-número de textos anticolonialistas, e de um recorde máximo no número de refractários ao serviço militar, Marcello lançar mão quer de uma imensíssima fraude eleitoral (1969), quer de uma série de diplomas legais que, da instituição de novas regras sobre a necessidade de homologação governamental das direcções dos sindicatos nacionais, à alocação de antigos soldados das forças especiais do exército para exercer vigilância dentro das Universidades (os afamados «gorilas»), se constituirão em alicerce de uma recomposição do sistema repressivo, cuja afecção será sobremodo visível entre o estudantado, com o tristemente célebre homicídio, às mãos da PIDE, de Ribeiro Santos³⁰. Este revigoramento dos aspectos mais brutais da repressão estadonovista mostrou à Universidade qual tinha acabado por ser o caminho escolhido: não o da integração dos estudantes na gestão da Academia³¹, mas o da manutenção do *status quo* e de uma postura punitiva relativamente àqueles que, entre o estudantado, o quisessem subverter. É neste âmbito que, em 1971, se desenvolvem as primeiras medidas de cariz repressor do movimento associativo da Universidade do Porto: o Senado prescreve a proibição da distribuição de qualquer tipo de propaganda dentro das faculdades, e define uma linha de actuação que previa a denúncia às autoridades de todas as acções de agitação³².

5. Os Anos de Brasa

Os anos entre 1972 e 1974, dissemo-lo, pautam-se por um incremento significativo da acção insurreccional do estudantado, e bem assim de um incremento no debate teórico, tático, ideológico, e latamente político sobre a linha de orientação a dar ao movimento com vista à consecução dos seus objectivos. Neste artigo ocupar-nos-emos sobretudo daquele primeiro aspecto, embora, quando isso faça sentido, tratemos também das querelas de carácter político-ideológico.

Logo na primeira sessão do Senado Universitário decorrida após o início do ano lectivo de 1972/73, em Novembro de 1972, vemos referido que não fora possível, dado «o clima da disciplina académica», proceder à cerimónia tradicional da «oração de sapiência» no início do ano lectivo³³. Esta apreciação do clima disciplinar é fundamentada quer pela referência a um plano concertado de agitação subversiva, quer pela denúncia de representantes de pelo menos quatro faculdades (Ciências, Engenharia, Medicina, e Letras) de que na sua institui-

³⁰ Fernando Rosas, *História de Portugal...*, pp. 489-490.

³¹ Como propusera um membro do Senado poder ser solução do problema. Sobre isto cf. ACUP, *Actas de Sessões...* vol. IV, fls. 16-16v.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Idem, *ibidem*, fl. 28.

ção tinham sido verificados actos de insubordinação, agitação, ou propaganda subversiva. É de salientar neste particular a postura dos professores quando aventam soluções para o problema: por um lado lastimam a limitação de meios regulamentares, de equipamentos e de pessoal para o exercício eficaz da sua acção punitiva, e por outro indexam, ilustrando com isso uma postura profundamente elitista em relação ao sistema de ensino, a insubordinação estudantil ao contingente «excessivo» de alunos universitários asseverando o professor da Faculdade de Medicina Daniel Serrão que, em contexto universitário, «não se pode fazer ensino de massas»³⁴. Estes dois elementos, a sanha persecutória e a concepção elitista do ensino e particularmente do ensino superior, são, como poucos outros, diáfanas ilustrações da sintonização do corpo docente da Universidade do Porto de então com o fulcro ideológico estadonovista.

1973, o ano civil seguinte, é o ano dos anos nos Anos de Brasa. Nele se verificarão aquelas que foram, respectivamente, a acção mais mobilizadora e a acção mais grave, sob o ponto de vista da indisciplina direccionada contra o corpo docente da Universidade, em todo este período. Falamos da revolta do festival dos coros e da agressão ao director da faculdade de Medicina.

O coro, enquanto símbolo, está intimamente ligado ao imaginário educativo do Estado Novo. Como salientaram Fernando Costa e Luís Grosso Correia, pelo menos desde 1934 foram entendidas por Carneiro Pacheco, que viria a ser ministro da Educação Nacional entre 1936 e 1940, as virtualidades doutrinadoras de uma «orfeanização da nação inteira»³⁵. Em seu entender o coro permitia uma educação tríplice, estética recreativa e fisiológica, em concomitância com o desenvolvimento de um pensamento «unísono, obrigatório, mobilizador da massa ordeira e unida em torno do chefe»³⁶. Aparte estes aspectos simbólicos do Canto Coral em si mesmo, outros aspectos eram tidos por «provocatórios» do estudantado: tinham sido convocados orfeões estrangeiros, quase todos de países onde vigoravam ditaduras de Direita; os estudantes orfeonistas eram considerados colaboracionistas com o regime, e acusados de delação; e por outro lado, era entendimento do estudantado que o festival cumpria a função de tentar semear entre a população de que a comunidade estudantil era composta, em geral, por estudantes ordeiros e apolíticos, sendo a indisciplina académica obra apenas de um punhado de desordeiros em nada representativos do grosso da comunidade estudantil portuguesa³⁷. Cumpria por isso reagir à provocação, e para tanto foi convocado um *meeting* no átrio da entrada do actual edifício da Reitoria, para o qual houve apelos das três tendências associativas.

Decorria a reunião quando os estudantes foram informados pelo Reitor da necessidade de abandonarem o local. O facto era estranho, por não serem incomuns as reuniões estudantis naquele local³⁸, e tanto mais a ameaça de intervenção policial. Contudo, assim sucedeu: a Universidade informou o Governo Civil da ocorrência de uma reunião ilegal, e foram enviadas forças policiais para o local. Os acontecimentos tornam-se, nessa altura, bastante confusos: de acordo com os registos lavrados pela Universidade, os estudantes terão reagido

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Fernando Costa & Luís Grosso Correia, «Do unísono à polifonia? Os livros de Canto Coral», in *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto* (Porto: Universidade do Porto, 2008), p. 67.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 69.

³⁷ BPMP-R, *Não Cantarão!*, 1973.

³⁸ Raul Castro, *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal?* (Porto: Edição de Autor, s/d), p. 12.

à presença policial retaliando contra as autoridades académicas pela invasão e degradação do Salão Nobre da Reitoria, e por uma tentativa de arrombamento do gabinete do Reitor, que acabaria por sair do edifício vexado e insultado³⁹. O advogado Raul Castro, que defendeu noventa estudantes envolvidos neste incidente quer no Tribunal de Polícia quer no Tribunal da Relação do Porto, assevera que, de resto num exercício de violência desproporcional assaz típico nas autoridades policiais de então, o que tinha acontecido era uma investida de polícias quer pela porta principal quer pela porta das traseiras do edifício, a que se tinham somado cordões, incluindo equipas de lançamento de gás, nas portas laterais⁴⁰. A pressão policial, no entender de Castro, tinha impelido os estudantes para o anfiteatro nobre – mas talvez seja difícil admitir que foi sob pressão policial que os estudantes destruíram ornamentos e mobiliário ínsitos no salão, e o picharam com *slogans* de cariz anticolonialista, maoísta, e detractor do festival de coros⁴¹. A intervenção policial, não se nega, pode ter tido um papel na eclosão da acção violenta do estudantado – mas decerto haveria entre os presentes um grupo, significativo certamente, de alunos «animados de propósitos agressivos»⁴², para retomar a expressão de um juiz do Tribunal de Polícia.

O segundo acontecimento de que trataremos será o da agressão, por um grupo de alunos, ao director da faculdade de Medicina. Medicina, salientemos à partida, era à época um dos principais pontos de ebulição do movimento associativo. Situada numa zona então ultra-periférica cidade do Porto⁴³, com escassos contactos com a restante academia, dispondo de um *corpus* de estudantes com aspirações profissionais e questionações similares, era, em suma, uma faculdade que se constituía em ecologia privilegiada para a criação de um grupo homogéneo, onde a politização se espalharia como um rastilho. A tudo isto acresce uma imensa penúria de instalações e equipamentos para a prática consequente do ensino médico, que constituíam perene capital de queixa dos estudantes e acima de tudo dos docentes⁴⁴.

O bar desta faculdade, por ser recorrentemente utilizado pelos alunos como local de encontro e discussão de propostas subversivas foi, às ordens da direcção, encerrado fora do horário em que eram servidas as refeições. Acto contínuo, a 6/12/1973 o estudantado arrombou o bar e foi decretada uma greve às aulas para o dia seguinte. A polícia virá à faculdade no dia seguinte, impedindo a realização da greve, vindo a ter a mesma atitude na acção grevista seguinte, marcada para dia 11 do mesmo mês. Só em 13 de Dezembro os estudantes farão piquetes de greve impedindo a entrada de alunos a despeito da presença policial, o que os fará entrar em confronto com as autoridades. Dessa escaramuça resultaram seis prisões de estudantes, e emergiu uma revolta contra o director da faculdade, que, enquanto duravam os recontros entre polícia e alunos, se escondeu numa sala do 3º andar da faculdade. Um grupo

³⁹ ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 28.

⁴⁰ Raul Castro, *Reunião Ilegal...*, p. 7.

⁴¹ ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 31.

⁴² Raul Castro, *Reunião Ilegal...*, p. 17.

⁴³ Sobre os efeitos da periferização das instalações universitárias, designadamente da Universidade de Nanterre, na eclosão do Maio de '68, cf. Christine Fauré, *Mai 68: Jour et Nuit* (Paris: Gallimard, 2008), p. 28.

⁴⁴ De tal sorte que, em 26/6/1973, é remetida ao Ministério da Educação uma carta ameaçando com a virtualidade de a faculdade «[ter de] informar dolorosamente o Governo que não poderá realmente assegurar o ensino». Mas esta ameaça de greve – e este pormenor é ilustrativo dos esquemas mentais do corpo docente de então –, não procedia de um desejo melhorar a condição de funcionamento da faculdade integrando os alunos a mais: era uma forma de radicalizar a luta pela obtenção de uma política de *numerus clausus*. Cf. Arquivos da Faculdade de Medicina do Porto (AFMUP), *Actas dos Conselhos Escolares 1968-1974*, fls. 20-20v.

de estudantes soube do seu esconderijo, arrombou a porta, manietou-o, e uma estudante agrediu-o⁴⁵. Daí por diante a faculdade de Medicina irá desenvolver uma política de «rédea curta» instalando-se um rádio com acesso directo ao comando da PSP, encerrando-se todos os acessos do Hospital de S. João à faculdade, fechando-se a faculdade fora do horário de aulas – e, novamente, o bar fora do horário das refeições.

Conclusão

Pudemos verificar que, acompanhando o que sucedia na generalidade dos países do mundo e sobretudo no resto do país, também no Porto e na Universidade do Porto o período terminal da década de 60 e o início da década de 70 foram marcados pela ebulição estudantil e pela acirrada luta político-ideológica no campo das esquerdas. Esta constatação causa tanto mais estranha a virtual inexistência de estudos sistemáticos sobre o movimento estudantil portuense desta época, porquanto não é, vimo-lo, verdadeira a asserção de que no Porto a movimentação estudantil fosse escassa, residual, desprezível. O seu peso era bastante – os *Núcleos Sindicais* indicam uma participação de 800 pessoas no meeting dos coros –, e, acima de tudo o preparo teórico-ideológico dos que tomavam parte no movimento, quer do ponto de vista da reflexão sobre o papel do estudante, da Universidade, e genericamente do sistema de ensino nas sociedades capitalistas, até às questões práticas do movimento associativo, como fossem a luta contra a provocação, a postura correcta entre o reformismo e o esquerdismo, a compreensão da necessidade de uma linha justa e concreta de trabalho revolucionário, tudo isto revela que há no movimento associativo da Universidade do Porto, na época que trabalhámos, um filão bastante importante e cujo estudo sistemático e aprofundado em muito poderia contribuir para a história da cidade, do associativismo estudantil português, e da resistência ao Estado Novo.

⁴⁵ AFMUP, *Actas dos Conselhos...*, fls. 45-45v.